

ANTIGO E NOVO NAS INTERVENÇÕES EM PREEXISTÊNCIAS HISTÓRICAS

A experiência brasileira (1980 - 2010), de Patricia Viceconti Nahas

*Marcela da Rosa Dias¹,
Alexsandra de Los Santos² e Antonio Soukef Junior³*

Resumo

Esta resenha apresenta a tese de doutorado de Patricia Viceconti Nahas, que examina e analisa as posturas e tendências das intervenções realizadas no Brasil entre 1980 e 2010, tendo como referência a Carta de Veneza e o Restauro Crítico-Conservativo. A autora também discute a importância do rigor metodológico nas práticas de restauro. Utilizando a nomenclatura proposta por Giovanni Carbonara, o estudo analisa 32 obras e as agrupa em oito tendências de intervenção: autonomia, diferenciação, reinterpretação, repristino, apropriação, completamento, conservação e reintegração.

Resenha

Esta resenha apresenta a tese de doutorado de Patricia Viceconti Nahas, que examina A presente resenha consiste em um estudo realizado na disciplina de “Preservação de bens culturais: abordagens teóricas e metodológicas”, pertencente ao curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O objeto de investigação, foi a tese de doutorado, apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, intitulada “Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980 - 2010)”, elaborada por Patricia Viceconti Nahas, com orientação da Prof.^a Dr.^a Fernanda Fernandes da Silva.

A tese tem o objetivo de investigar, com base em uma amostra de obras selecionadas, as posturas, tendências e procedimentos orientadores das intervenções em preexistências históricas no Brasil, analisando a sua relação dialógica com os procedimentos atuais do restauro no âmbito internacional. As intervenções escolhidas foram examinadas a partir das premissas da Carta de Restauro de Veneza, de 1964, da qual o Brasil é signatário, e da adoção dos pensamentos do Restauro Crítico-Conservativo como referência. A escolha por essa vertente de restauro se dá pelo fato de a autora considerá-la a posição equilibrada em relação às outras vertentes – Manutenção-Repristino e Pura Conservação – por acreditar que se trata da solução mais adequada para intervenção, levando em conta igualmente as instâncias estética e histórica.

O Restauro Crítico-Conservativo, defendido por Giovanni Carbonara e Claudio Varagnoli, do qual a autora compartilha das premissas e postulados, surgiu de um amadurecimento e modernização dos pensamentos do Restauro Crítico e da Teoria da Restauração, de Cesare Brandi. Os debates travados entre as décadas de 1940 e 1960, após a destruição causada pela II Guerra Mundial, serviram de base para o desenvolvimento desta vertente que lança as bases teóricas e práticas do restauro

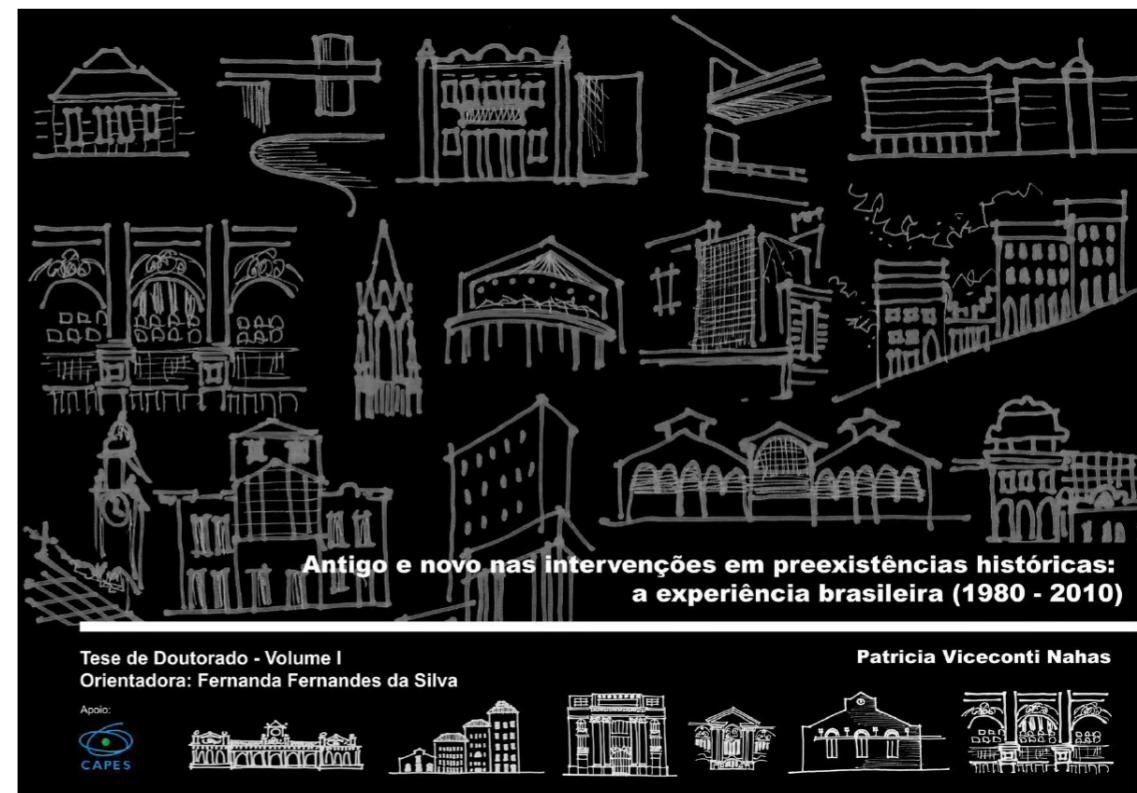


Figura 1 – Capa da tese antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980 - 2010) Fonte: Nahas, 2015.

contemporâneo e serviu de fundamento para a Carta de Veneza e para os Princípios Contemporâneos do Restauro (Rodrigues, 2017).

O Restauro Crítico-Conservativo defende a máxima conservação das fases do edifício, evidenciando o respeito pelas camadas e pelas marcas do tempo, do princípio brandiano do diálogo entre instâncias históricas e estéticas, além da distinguibilidade e da legibilidade das novas intervenções. Dessa forma, rejeita o “refazimento nostálgico de perdas.” (Brendle, 2016, p. 16). De acordo com Bonelli,

O restauro crítico se alicerça em razões históricas e de juízo crítico, rejeita o repristino estilístico e o embelezamento da obra a favor de sua transmissão ao futuro respeitando suas estratificações. Sem tons dogmáticos e regras fixas, reconhece que cada intervenção é um caso em si, e o restauro, como um momento dialético entre o ato criativo e o processo crítico (Bonelli, 1959, apud Brendle, 2016, p. 13).

A problematização apresentada na tese se refere à crescente complexidade da relação entre intervenções contemporâneas e preexistências históricas no Brasil, com destaque para os conflitos gerados entre as ações de valorização do patrimônio e a introdução do novo. No cenário brasileiro, as determinações da Carta de Veneza foram pouco adotadas, ou adotadas de maneira equivocada, em função da falta de rigor metodológico que resultou em um uso arbitrário da palavra “restauro” (Nahas, 2015). O rigor metodológico defendido pela autora está praticamente restrito à atuação dos órgãos de preservação e às discussões do meio acadêmico, sendo que o papel do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e dos órgãos estaduais de preservação, muitas vezes, limita-se a ações burocráticas ocasionadas por falta de corpo técnico e especialização dos profissionais.

Na década de 1980, houve um exponencial crescimento de números de projetos de intervenção em edifícios históricos no país, uma vez que este período marca uma renovação por meio da descentralização das atividades do núcleo original do Iphan, o

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas (PrograUFPel).

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas (PrograUFPel).

³Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU).

qual havia sido formado na chamada “fase heróica” da instituição (Nahas, 2015). Além disso, neste novo contexto ocorre uma ampliação do conceito de patrimônio, fortalecida pela Constituição Federal de 1988. De acordo com Nahas, há um amadurecimento, mas também constata-se práticas permeadas por um discurso dominante do marketing e da cultura do consumo, do turismo e da valorização da marca do arquiteto.

Essa transformação da década de 1980 apresenta um embate entre o novo e o antigo, pois percebe-se que há um “protagonismo da ação contemporânea em prejuízo da preservação do monumento”. (Nahas, 2015, p. 272). Dessa forma, contrariando o cenário internacional, o país apresenta obras de intervenção que utilizam o edifício como “plano de fundo” para a obra contemporânea. Diante disso,

a prática de intervenções em preexistências históricas tem se aproximado mais do universo do novo que do antigo, a conservação deixou de ser o mote principal da ação de “restauro” e passou a ser uma coadjuvante na intervenção. O projeto do novo guia a modificação do antigo com o argumento de “atualizar” o monumento (Nahas, 2015. p. 271).

A autora também traz uma reflexão sobre o sentido da palavra restauro, sendo o primeiro conceito apresentado o que consta na Carta de Veneza, que o define como: “uma operação que deve ter caráter excepcional” e “tem por objetivo conservar e revelar valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese” (Iphan, 2004, p. 2). Por meio de um recorrido por pensamentos de Brandi, Pane, e Bonelli, a autora defende que:

A correta dosagem entre crítica e criatividade devem orientar as intervenções na preexistência histórica. Sendo o restauro uma operação pautada na conservação e revelação de valores do monumento, o ato crítico guiará o respeito pela preexistência, o controle das ações e as escolhas advindas da inovação, atitude esta que deve facilitar a leitura da obra: a fantasia ou a inovação, fruto da criatividade do arquiteto autor da intervenção vem associada ao controle e responsabilidade que garante a qualidade do projeto de restauro (Nahas, 2015, p. 64).

A tese adota a terminologia usada por Giovanni Carbonara para definir quais os tipos de intervenção que podem, ou não, ser consideradas restauro. Não são consideradas restauro as ações de repristino, consolidação estrutural, reparação funcional de um objeto, reinvenção e refazimento, visto que nesses casos há apenas um aproveitamento funcional e econômico da estrutura física da preexistência. Os termos reuso, revitalização, reciclagem e recuperação, estão relacionados a práticas fora do escopo do restauro, pois são motivadas por fatores práticos e econômicos. Já os termos tutela, salvaguarda, preservação, manutenção programada e prevenção, são ações ligadas à conservação do patrimônio mas não se referem ao restauro em si. A partir disso, a pesquisa conclui que todo projeto de restauro é uma intervenção na preexistência, porém nem toda intervenção é um projeto de restauro.

A partir dessa premissa, e, com o intuito de compreender o cenário brasileiro atual, Nahas realiza um estudo onde analisa obras de intervenção realizadas no Brasil, delimitando o período temporal entre os anos 1980 e 2000, tendo como marco inicial o projeto do Sesc Pompeia, da arquiteta Lina Bo Bardi (1977). O banco de dados é construído a partir do levantamento de obras e projetos publicados nas coleções das revistas Projeto, AU Arquitetura e Urbanismo e Finestra Brasil. A partir do acréscimo

de novas variáveis, o banco de dados é reduzido até chegar ao resultado final de 32 obras. Para cada exemplar analisado foi criada uma ficha onde constam os dados principais do monumento, a sua cronologia e os dados principais da intervenção.

Diante disso, Nahas (2015) identifica oito tendências de intervenção: **Autonomia**, que considera apenas a volumetria (“a casca”) do monumento. Dessa forma, há uma preocupação com a fachada, mas o interior é totalmente renovado, dando nova aparência aos ambientes; **Diferenciação**, tendência que distingue a inserção ou supressão de novos elementos e/ou materiais. A autora mostra que esta vertente é a mais empregada nas intervenções; **Reinterpretação**, onde há uma releitura do monumento existente, ou parte dele, podendo ter a inserção de novos elementos que dão continuidade ao texto original; **Repristino**, tendência que busca a recuperação ou reconstituição do monumento; **Apropriação**, na qual o novo é o protagonista, deixando o antigo/preexistente como pano de fundo da intervenção; **Completamento**, que tem o objetivo de dar continuidade à obra incompleta, seguindo suas características estéticas. Essa tendência é empregada mesmo quando não há documentação arquitetônica suficiente para a obra de “finalização”; **Conservação**, pautada na conservação do edifício, mantendo inclusive seu uso original, salvo adequações de segurança, conforto e acessibilidade. O que não tem valor, ou prejudica a leitura da obra, é retirado; **Reintegração** empregada em casos de arruinamento ou grande descaracterização. Tem o objetivo de integrar o edifício, seja pela remoção de acréscimos ou pela recuperação de elementos indispensáveis à composição.

Dentre estas identificadas pela autora, o patrimônio industrial surge em oito obras, inseridas nas tendências de Reinterpretação, Autonomia, Diferenciação e Apropriação. Nahas (2015), aponta que:

Nos estudos de caso de arquitetura industrial, encontramos um universo de tipologias arquitetônicas amplas (fábricas, mercados, estações, entre outros) onde as edificações industriais são, em geral, caracterizadas por amplos espaços de pé-direito elevado e técnicas construtivas pré-fabricadas (Nahas, 2015, p. 219).

A tendência Diferenciação é a mais empregada no escopo analisado pela autora, com cinco exemplares. Todavia, não foi apenas neste caso, uma vez que o estudo mostra que neste “grupo que está o maior número de intervenções não só analisadas, mas, também, constituintes do banco de dados inicial, o que torna essa tendência majoritária na experiência brasileira do diálogo entre o antigo e novo” (Nahas, 2015, p. 280).

As obras da arquitetura industrial analisadas são: Estação Júlio Prestes/ Sala São Paulo (São Paulo - SP), Cinemateca Brasileira (São Paulo - SP), Estação da Luz/ Museu de Língua Portuguesa (São Paulo - SP), Centro Educacional Ibrahim Alves de Lima (Ribeirão Preto - SP), Museu de Artes e Ofícios (Belo Horizonte - MG), Centro Coreográfico da cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro - RJ), Mercado Públíco de São Paulo (São Paulo - SP), Instituto Criar de TV e Cinema (São Paulo - SP).

Patricia Nahas, conclui em sua tese que as experiências brasileiras no campo do restauro possuem poucas intervenções que se baseiam nos pressupostos da Carta de Veneza, nas referências internacionais e no debate atual. Para ela, o monumento tem se tornado cada vez mais o plano de fundo para as novas intervenções, com um papel de coadjuvante, com menos limites em relação à aproximação antigo/novo. Diante disso, percebe-se a importância deste estudo para compreensão do desafio atual do campo da arquitetura e do restauro.

Dessa forma, esta pesquisa contribui para um debate fundamental sobre a preservação do patrimônio, evidenciando a necessidade de um olhar mais criterioso nas intervenções contemporâneas. Ao refletir sobre a relação entre o antigo e o novo, seu estudo aponta para a urgência de diretrizes mais claras e fundamentadas, que garantam a valorização dos bens históricos sem comprometer sua autenticidade.

Referências

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl; Apresentação: Giovanni Carbonara; revisão: Renata Maria Parreira Cordeiro – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRENDLE, Betânia. *Uma Teoria, alguns princípios e muita arquitetura: a atualidade do pensamento brandiano em intervenções arquitetônicas na Alemanha, Dinamarca e Itália*. In. Anais do IV ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre: 2016. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2038/S38-02-BRENDLE,%20B.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

IPHAN. *Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios*. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, Veneza, 1964. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

NAHAS, Patricia Viceconti. *Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980-2010)*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RODRIGUES, Angela Rosch. A problemática da ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauro crítico. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n. 24, p. 9–34, 2017. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i24p9-34. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/137955..> Acesso em: 10 out. 2024.